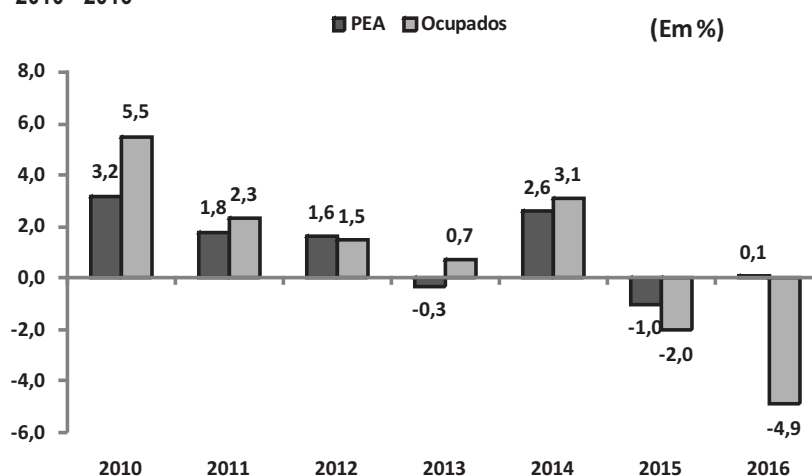


MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA EM 2016¹

As informações captadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego da região metropolitana de Fortaleza (PED/RMF) mostram que o mercado de trabalho local apresentou retração em 2016, a exemplo do ocorrido em 2015, reflexo da conjuntura econômica recessiva observada no País desde meados de 2014. O nível ocupacional declinou pelo segundo ano seguido e a taxa de desemprego total cresceu de forma mais intensa e generalizada, registrando os mais elevados patamares de desemprego da série histórica (anual) da pesquisa iniciada em 2009. Além disso, o rendimento médio real dos ocupados decresceu, conforme já acontecera em 2015, e o dos assalariados apresentou relativa estabilidade.

Em 2016, o nível de ocupação na região metropolitana de Fortaleza (RMF) decresceu 4,9% (eliminação de 82 mil postos de trabalho), dando sequência ao movimento de retração do nível ocupacional iniciado no ano anterior (-2,0%) (Gráfico 1). Tal resultado, concomitante com a relativa estabilidade do número de pessoas no mercado de trabalho da região (1 mil, ou 0,1%), resultou no incremento de 83 mil pessoas à situação de desemprego, um crescimento de 52,5% em relação ao ano anterior. No ano em análise, a população economicamente ativa (PEA) local foi estimada em 1.843 mil pessoas, das quais 1.602 mil ocupadas e 241 mil desempregadas (Tabela 1).

Gráfico 1 – Variação anual da população economicamente ativa e dos ocupados – Região Metropolitana de Fortaleza – 2010 – 2016



Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MT/FAT.

¹ Os resultados aqui apresentados referem-se aos valores anuais médios dos principais indicadores da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Fortaleza.

Tabela 1
Estimativas (1) da População em Idade Ativa, segundo Condição de Atividade
Região Metropolitana de Fortaleza
2015-2016

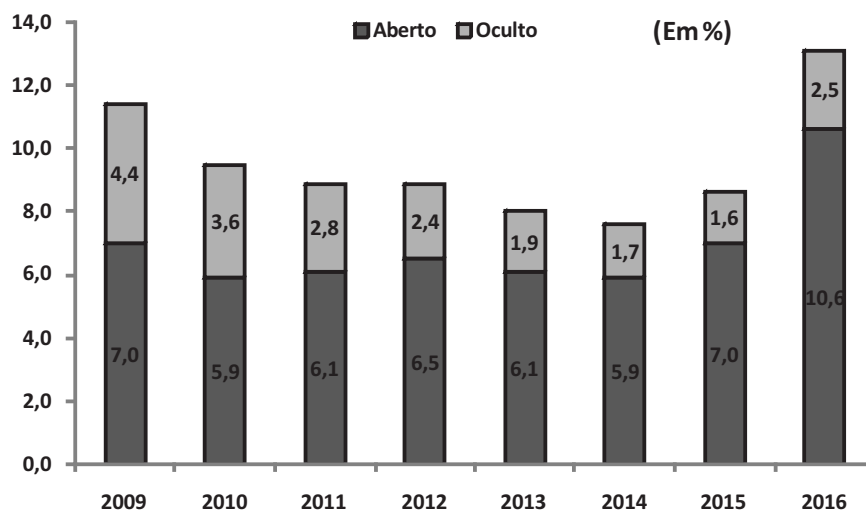
Condição de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)		Variações	
			Absoluta (em mil pessoas)	Relativa (%)
	2015	2016	2016/2015	2016/2015
POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA	3.271	3.308	37	1,1
População Economicamente Ativa	1.842	1.843	1	0,1
Ocupados	1.684	1.602	-82	-4,9
Desempregados	158	241	83	52,5
Em Desemprego Aberto	129	195	66	51,2
Em Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	12	25	13	108,3
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	17	21	4	23,5
Inativos com 10 Anos e Mais	1.429	1.465	36	2,5

Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MT/FAT.

(1) Projeções populacionais baseadas no Censo de 2010. Vide Nota Técnica N° 2.

A taxa média de desemprego total aumentou de 8,6% de 2015, para 13,1% da força laboral, em 2016 (segunda elevação anual consecutiva), registrando a maior taxa da série histórica iniciada em 2009 (Gráfico 2). Esse resultado decorreu de elevações das taxas de desemprego aberto (de 7,0%, em 2015, para 10,6%, em 2016) - também a mais elevada da série histórica - e oculto (de 1,6% para 2,5%).

Gráfico 2 – Taxa de desemprego total, segundo tipo – Região Metropolitana de Fortaleza – 2009 – 2016



Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MT/FAT.

Mesmo com um declínio mais forte do nível ocupacional em 2016, a região metropolitana de Fortaleza não registrou uma taxa de desemprego ainda mais elevada devido, em boa medida, à relativa estabilidade da população economicamente ativa (0,1%). Nesse contexto, a taxa de participação declinou entre 2015 (56,3%) e 2016 (55,7%), sendo esta a menor taxa da série histórica. Assim, a contribuição mais evidente para os recentes incrementos nos níveis de desemprego da região provém da queda do nível de ocupação da força de trabalho, que ganhou ainda mais relevância em 2016.

Segundo os atributos pessoais, a elevação da taxa de desemprego ocorreu em inúmeros segmentos da força de trabalho da região. Houve aumento da taxa de desemprego entre os homens (de 7,8%, em 2015, para 12,3%, em 2016) e as mulheres (de 9,5% para 14,1%), assim como entre os jovens de 16 a 24 anos (de 20,5% para 30,2%), as pessoas de 25 a 39 anos (de 7,6% para 12,1%) e as de 40 a 49 anos (de 3,7% para 6,9%). Ademais, a taxa de desemprego na faixa de 50 a 59 anos (4,8%) voltou a ser passível de divulgação, o que não acontecia desde 2009 (3,9%). O mesmo comportamento de crescimento da taxa também foi registrado entre os chefes de domicílio (de 4,5% para 7,5%), os cônjuges (de 6,8% para 9,3%) e os filhos (de 16,5% para 23,5%), bem como entre as pessoas negras (de 8,7% para 13,4%) e as não-negras (de 8,1% para 11,6%).

Em todos esses segmentos, as taxas de desemprego cresceram por dois anos consecutivos: em 2015 e 2016. Dessa forma, a taxa de desemprego entre as mulheres manteve-se superior à dos homens, mas reduziu a desigualdade existente, assim como a dos jovens de 16 a 24 anos em relação à das pessoas de 25 a 39 anos e de 40 a 49 anos. A taxa de desemprego dos chefes de domicílio foi a maior desde 2009, mas manteve-se abaixo da dos cônjuges, cujo patamar retornou ao ano de 2009, o mais elevado da série histórica, enquanto a taxa de desemprego da população negra (pretos e pardos) elevou-se mais do que a da não-negra (brancos e amarelos).

No recorte setorial, o declínio do nível ocupacional (-4,9%) foi observado em todos os setores econômicos analisados: **Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas** (-26 mil, ou -6,5%), **Indústria de Transformação** (-25 mil, ou -8,7%), **Serviços** (-19 mil, ou -2,3%) e **Construção** (-17 mil, ou -11,7%) (Tabela 2). Com isto, observou-se o menor nível de ocupados desde 2011 na **Indústria de Transformação** (263 mil) e **Construção** (128 mil). Eles também foram responsáveis por mais da metade (51,2%) dos postos de trabalho eliminados no ano de 2016.

No setor de **Serviços**, diminuiu o número de ocupados em quatro dos seis segmentos considerados: atividades administrativas e serviços complementares (-5 mil, ou -6,3%); administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais (-4 mil, ou -1,7%); informação e comunicação; atividades financeiras, de seguro e serviços relacionados; atividades profissionais, científicas e técnicas (-3 mil, ou -3,9%); serviços domésticos (-2 mil, ou -1,8%). Houve relativa estabilidade do nível de ocupação no segmento de alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (1 mil, ou 0,4%) e não variou no segmento de transportes, armazenagem e correio (Tabela 2).

Tabela 2
Estimativas do Número de Ocupados, segundo Setores de Atividade Econômica
Região Metropolitana de Fortaleza
2015-2016

Setores de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)		Variações	
			Absoluta (em mil pessoas)	Relativa (%)
	2015	2016	2016/2015	2016/2015
Total	1.684	1.602	-82	-4,9
Indústria de Transformação (2)	288	263	-25	-8,7
Construção (3)	145	128	-17	-11,7
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	402	376	-26	-6,5
Serviços (5)	818	799	-19	-2,3
Transporte, armazenagem e Correio (6)	66	66	0	0,0
Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais, científicas e técnicas (7)	77	74	-3	-3,9
Atividades administrativas e serviços complementares (8)	79	74	-5	-6,3
Administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais (9)	236	232	-4	-1,7
Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (10)	234	235	1	0,4
Serviços domésticos (11)	111	109	-2	-1,8

Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MT/FAT.

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar). (6) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar. (7) Seções J, K, M da CNAE 2.0 domiciliar. (8) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar. (9) Seções O, P, Q da CNAE 2.0 domiciliar. (10) Seções I, S, R da CNAE 2.0 domiciliar. (11) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar.

O contingente de assalariados diminuiu em 2016 (-89 mil, ou -8,3%), resultado da redução do emprego no setor privado (-91 mil, ou -9,7%) e do pequeno aumento no setor público (2 mil, ou 1,6%). Na iniciativa privada, diminuiu o número de assalariados com carteira de trabalho assinada (-70 mil, ou -9,1%) e sem carteira (-21 mil, ou -12,4%). Retraiu-se ainda o número de empregadores (-9 mil, ou -19,1%) e o de empregados domésticos (-2 mil, ou -1,8%). Elevou-se o número de trabalhadores autônomos (15 mil, ou 3,5%), assim como o dos classificados nas demais posições (3 mil, ou 9,1%) (Tabela 3).

A participação dos trabalhadores autônomos no total de ocupados da região metropolitana de Fortaleza cresceu de 25,2%, em 2015, para 27,4%, em 2016, o equivalente a cerca de 439 mil profissionais, o maior contingente desde 2009.

Tabela 3
Estimativas do Número de Ocupados, segundo Posição na Ocupação
Região Metropolitana de Fortaleza
2015-2016

Posição na Ocupação	Estimativas (em mil pessoas)		Variações	
			Absoluta (em mil pessoas)	Relativa (%)
	2015	2016	2016/2015	2016/2015
Total	1.684	1.602	-82	-4,9
Total de Assalariados (1)	1.069	980	-89	-8,3
Setor Privado	940	849	-91	-9,7
Com Carteira Assinada	770	700	-70	-9,1
Sem Carteira Assinada	170	149	-21	-12,4
Setor Público (2)	129	131	2	1,6
Autônomos	424	439	15	3,5
Empregadores	47	38	-9	-19,1
Empregados domésticos	111	109	-2	-1,8
Demais Posições (3)	33	36	3	9,1

Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MT/FAT.

(1) Exclui Empregados Domésticos e inclui aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(2) Inclui os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas.

(3) Incluem donos de negócios familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.

O **rendimento médio real** do trabalho na região metropolitana de Fortaleza decresceu em 2016 para os ocupados (-3,0%) e registrou pequena variação positiva para os assalariados (0,5%), cujos valores monetários passaram a equivaler a R\$ 1.313 e R\$ 1.424, respectivamente. Houve redução no salário médio dos assalariados do setor privado (-1,2%) e aumento no do setor público (0,7%). No setor privado, contraiu-se o rendimento médio dos assalariados sem carteira de trabalho assinada (-3,4%) e o dos com carteira (-0,9%). O rendimento médio dos trabalhadores autônomos apresentou o maior decréscimo entre as posições ocupacionais analisadas (-6,2%) (Tabela 4).

A **massa de rendimentos reais** dos ocupados diminuiu (-7,5%), resultado dos decréscimos do nível de ocupação e do rendimento médio, retornando ao patamar de 2010 (Gráfico 3). A massa salarial real também diminuiu (-7,6%), devido à redução do nível de emprego, já que houve elevação do salário médio.

Tabela 4
Rendimento Médio Real (1) dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação
Região Metropolitana de Fortaleza
2015-2016

(em reais de Novembro / 2016)

Posição na Ocupação	Rendimento Médio Anual		Variações (%)
	2015	2016	2016/2015
Total dos Ocupados (2)	1.354	1.313	-3,0
Total de Assalariados (3)	1.417	1.424	0,5
Setor Privado	1.244	1.229	-1,2
Com Carteira Assinada	1.304	1.292	-0,9
Sem Carteira Assinada	964	931	-3,4
Setor Público	2.715	2.733	0,7
Autônomos	1.070	1.004	-6,2

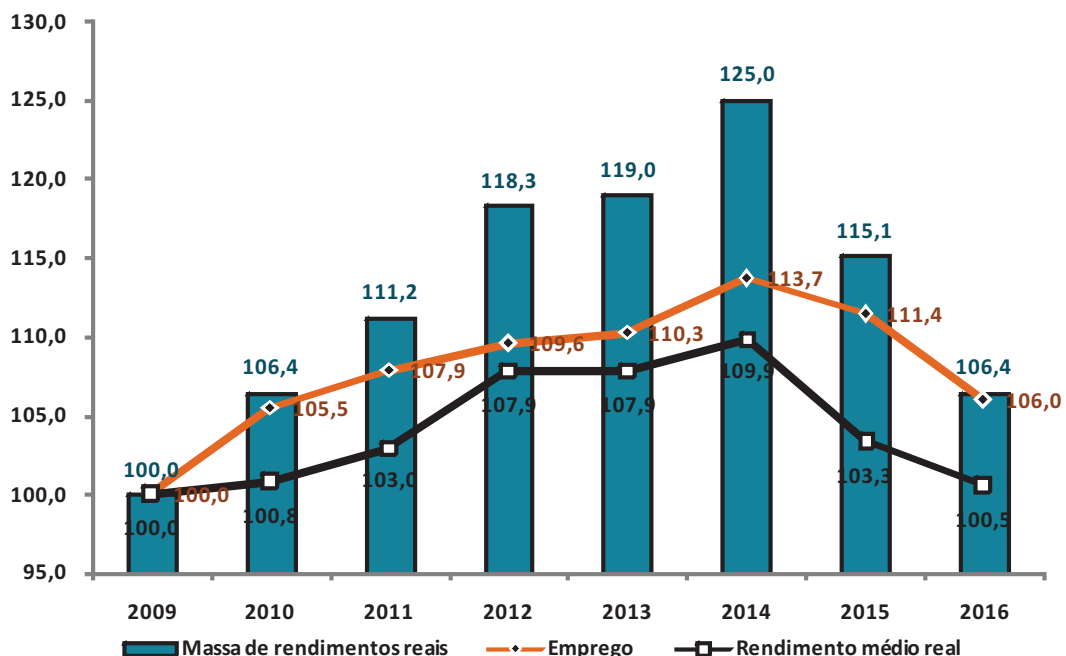
Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MT/FAT.

(1) Inflator utilizado - INPC/RMF - IBGE. Valores em Reais de Novembro de 2016.

(2) Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

Gráfico 3 – Índices do emprego, do rendimento médio real e da massa de rendimento real dos ocupados⁽¹⁾ – Região Metropolitana de Fortaleza – 2009 – 2016



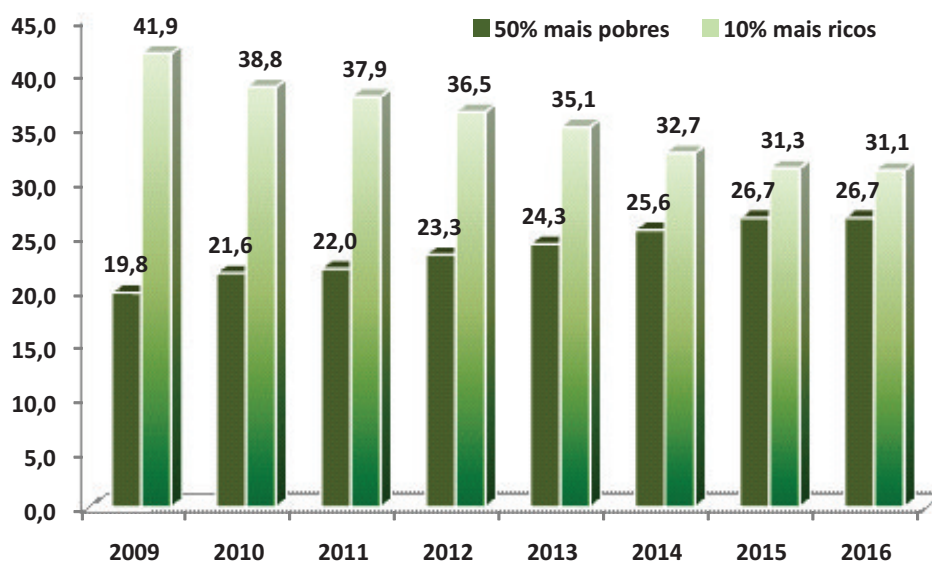
Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MT/FAT.

Nota: Inflator utilizado – INPC – RMF/IBGE.

(1) Incluem os ocupados que não tiveram remuneração no mês e excluem os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

A tendência de desconcentração dos rendimentos do trabalho na área metropolitana de Fortaleza, observada desde 2010, não teve continuidade em 2016. No referido, a fração da massa de rendimentos do trabalho apropriada pelos 50% dos ocupados com menor renda foi a mesma que a de 2015 (26,7%). Por seu turno, manteve-se em relativa estabilidade a parcela apropriada pelos 10% mais ricos, que passou de 31,3%, em 2015, para 31,1%, em 2016 (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Proporções da massa de rendimento real do trabalho principal apropriadas pelos 50% dos ocupados com menor renda e pelos 10% mais ricos – Região Metropolitana de Fortaleza – 2009 – 2016



Fonte: PED/RMF. Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MT/FAT.
Nota: Inflator utilizado – INPC – RMF/IBGE.

PRINCIPAIS CONCEITOS

PIA – População em Idade Ativa: população com 10 anos e mais.

PEA – População Economicamente Ativa: parcelada PIA que está ocupada ou desempregada.

OCUPADOS: indivíduos que nos 7 dias anteriores ao da entrevista:

a) possuem trabalho remunerado exercido regularmente; b) possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual; c) possuem trabalho não-remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie/benefício, sem procura de trabalho; d) excluem-se as pessoas que, de forma bastante excepcional, fizeram algum trabalho neste período.

DESEMPREGADOS: indivíduos que se encontram em uma das seguintes situações:

a) **Desemprego Aberto**: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos 7 últimos dias; b) **Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário**: pessoas que realizam algum trabalho remunerado eventual de auto-ocupação, ou seja, sem qualquer perspectiva de continuidade e previsibilidade, ou realizam trabalho não-remunerado em ajuda de negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, fizera-no sem êxito até 12 meses atrás; c) **Desemprego Oculto pelo Desalento e Outros**: pessoas que não possuem trabalho nem procuraram, nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

INATIVOS (MAIORES DE 10 ANOS): parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada.

RENDIMENTO DO TRABALHO: rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência social) efetivamente recebido, referente ao trabalho realizado no mês imediatamente anterior ao da pesquisa. Para os assalariados, são considerados descontos por falta, etc. ou acréscimos devidos a horas extras, gratificações, etc. Não são computados o 13º salário e os benefícios indiretos. Para os empregadores, os autônomos e as demais posições é considerada a retirada mensal, não incluindo os lucros do trabalho, da empresa ou do negócio.

PRINCIPAIS INDICADORES

TAXA DE DESEMPREGO TOTAL: proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego – total, aberto e oculto.

TAXA DE PARTICIPAÇÃO: proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas.

ÍNDICE DE OCUPAÇÃO: nível de ocupação alcançado em determinado trimestre em relação ao nível médio do período base.

RENDIMENTOS: a média trimestral do rendimento mensal real no trabalho principal. A média trimestral é calculada a partir de valores nominais mensais, inflacionados pelo INPC/RMF (IBGE), até o último mês do trimestre. Os dados de rendimento, investigados em cada mês, referem-se ao mês imediatamente anterior ao da coleta e, portanto, têm sempre esta defasagem em relação às demais informações da pesquisa.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), na Região Metropolitana de Fortaleza, é realizada por meio de uma amostra domiciliar na área urbana de treze municípios que compõem a região: Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba e São Gonçalo do Amarante. As informações são coletadas mensalmente por entrevistas realizadas em, aproximadamente, 2.500 domicílios.

Os dados divulgados mensalmente referem-se a médias móveis trimestrais, que são assumidas como resultado do mês de encerramento do trimestre. Desse modo, os resultados de dezembro correspondem à média do trimestre outubro, novembro e dezembro; os resultados de janeiro, à do trimestre novembro, dezembro e janeiro; e assim sucessivamente.

Atualmente, a PED é realizada nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Salvador, Porto Alegre, São Paulo e Distrito Federal.

Presidente

Michel Temer

Ministro do Trabalho

Ronaldo Nogueira

Governador do Estado do Ceará

Camilo Santana

Secretário do Trabalho e Desenvolvimento do Trabalho

Josbertini Virginio Clementino

Presidente do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho

Antônio Gilvan Mendes de Oliveira

Presidente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Antônio de Sousa

Presidente da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Carlos Antônio Luque